

RECURSO ESPECIAL Nº 1.796.408 - SP (2019/0034650-0)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : JOSE CARLOS CARDOSO
ADVOGADO : FLÁVIO BIANCHINI DE QUADROS E OUTRO(S) - SP220411
RECORRIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : TERSIO DOS SANTOS PEDRAZOLI E OUTRO(S) - SP109940
RECORRIDO : ECONOMUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADOS : ANA MARGARIDA TEIXEIRA KFOURI SIQUEIRA - SP197788
ISABEL PEIXOTO VIANA E OUTRO(S) - SP310304

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA DE DEVIDA DEMONSTRAÇÃO. ENUNCIADO 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL COM INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. ENUNCIADO 284/STF. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. A ausência de devida demonstração da obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais remete ao não conhecimento do recurso especial.

2. Necessária a indicação expressa do dispositivo legal a que se teria dado interpretação divergente e, ainda, o devido cotejo analítico, não se podendo conhecer do recurso no que concerne ao dissídio.

3. O acórdão recorrido no tocante à impossibilidade de pretensão de complementação de benefício previdenciário em relação ao qual houve acordo e saldamento, negócio este que não fora objeto de invalidação, encontra-se em estreita sintonia à orientação firmada pela jurisprudência desta Corte Superior, atraindo-se o enunciado 568/STJ.

4. "O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às entidades abertas de previdência complementar, não incidindo nos contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas." (Súmula 563, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/02/2016, DJe 29/02/2016)

5. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por JOSÉ CARLOS CARDOSO, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da CF, contra o acórdão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cuja ementa está assim redigida:

PREVIDÊNCIA PRIVADA — DIFERENÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA — ECONOMUS — BANCO DO BRASIL — Ilegitimidade do Banco do Brasil - Recálculo do benefício saldado e do abono natalino, em virtude de valores postulados em ação trabalhista, como diferença de horas extras, diferenças de comissões, dentre outros — Hipótese, porém, em que o autor, no ano de 2006, livremente optou pelo saldamento do plano de benefício definido, anuindo expressamente com o valor saldado — Impossibilidade de recálculo - Precedentes - Ação julgada improcedente - Sentença mantida — Preliminar de nulidade não acolhida - Recurso de apelação desprovido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Em suas razões recursais, além do dissídio, asseverou a afronta dos arts. 368, 369, 423 e 424 do Código Civil, 1.022, I e II, do CPC, 47 e 51, incisos IV e XV, do CDC, e, ainda, art. 28, I, da Lei nº 8.212/91. Em suma, sustentou-se: a) a negativa de prestação jurisdicional; b) o direito à integralização de todas as verbas salariais obtidas na reclamatória trabalhista; c) inexistir renúncia quando da adesão ao PrevMais; d) a possibilidade de custeio mediante compensação. Pediu o provimento.

Houve contrarrazões.

O recurso foi admitido na origem.

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registro que o acórdão recorrido foi publicado já sob a vigência da Lei 13.105/2015, razão por que o juízo de admissibilidade é realizado na forma deste novo édito, conforme Enunciado Administrativo nº 3/STJ.

Não há conhecer do recurso especial no tocante à alegada divergência

jurisprudencial tendo em vista a ausência de indicação dos dispositivos infraconstitucionais sobre os quais haveria o alegado dissenso, incidindo o enunciado 284/STF.

Ademais, não houve o devido cotejo analítico entre os acórdãos, para tanto não se prestando a sua mera aposição dentro de um quadro, senão a indicação precisa da similitude fática e divergência de conclusões jurídicas, o que inocorrera.

Por fim, na forma da jurisprudência desta Corte, é inadmissível a indicação de acórdãos do Tribunal Superior do Trabalho para o fim de demonstrar a existência de dissídio. A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PROCESSUAL CIVIL. COTEJO ANALÍTICO NÃO REALIZADO NOS MOLDES LEGAIS E REGIMENTAIS. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. DECISÃO MONOCRÁTICA NÃO SERVE COMO PARADIGMA PARA FINS DE DEMONSTRAÇÃO DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 266 DO REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO ART. 546 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PARADIGMA COLACIONADO ORIUNDO DE ACÓRDÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. INVIABILIDADE. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA LIMINARMENTE INDEFERIDOS. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Consoante a jurisprudência mansa e pacífica desta Corte Superior, "para que sejam admitidos os embargos de divergência, o recorrente deve demonstrar analiticamente o dissídio pretoriano, por meio da transcrição de trechos dos acórdãos paradigma e recorrido" (AgRg nos EREsp 1229335/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, CORTE ESPECIAL, DJe de 18/09/2012). Precedentes.

2. Na hipótese, verifica-se que, malgrado o esforço argumentativo, o causídico limitou-se a transcrever trechos de ementas e a repetir, em outras palavras, a tese consignada nos julgados-paradigma, sem demonstrar a suposta identidade de situações e a diferente interpretação eventualmente dada à mesma controvérsia pelos órgãos julgadores desta Corte, o que implica inescusável desatendimento aos requisitos do art. 266, § 1.º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

3. As decisões monocráticas, a teor do disposto no art. 546,

inciso I, do Código de Processo Civil, c.c. o art. 266 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não se prestam como paradigmas para o fim de demonstrar dissídio jurisprudencial. Precedentes.

4. "O dissídio, para viabilizar a oposição de embargos de divergência, a teor do art. 266, caput, do Regimento Interno, deve ocorrer entre Acórdãos desta Corte, não servindo para tal fim a indicação de julgados do Tribunal Superior do Trabalho" (AgRg nos EREsp 192.502/RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, SEGUNDA SEÇÃO, DJ de 16/08/1999). Precedente.

5. Agravo regimental desprovido. (AgRg nos EREsp 1358931/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/12/2015, DJe 25/02/2016)

Assim, não conheço do recurso especial interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional.

No mérito, o juízo sentenciante e o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em dupla conformidade, julgaram improcedentes os pedidos, tendo em vista ter a autora optado pelo saldamento do plano com benefício definido, migrando para plano diverso.

A propósito, pontuou o acórdão recorrido (fl. 1.051 e-STJ):

É de se verificar, porém, que o autor, expressamente e por livre vontade, aderiu, em 2006, ao saldamento do plano de benefício definido, quando, então, deixou de contribuir para a formação da reserva para pagamento de seu benefício, nos termos do art. 60, § 2º, do Regulamento do Plano e, por conseguinte, o seu empregador também deixou de fazer contribuições naquela época.

O autor tinha plena ciência dos termos dispostos neste plano, que era contributivo-retributivo e não solidário.

Assim, não se pode conceber a ideia de que deve haver alteração do valor da aposentadoria complementar, fundada em mutualismo e paridade das contribuições do empregado e do empregador, diante da alteração realizada, sem a contribuição do empregador.

Tocante à alegação de negativa de prestação jurisdicional, tenho que o recurso não pode ser conhecido, na forma do enunciado 284/STF.

O acórdão recorrido, em face do pedido de complementação de

aposentadoria, fora claro ao concluir pela improcedência em face da migração de planos ocorrida, não se podendo formular pedidos em relação à relação previdenciária estabelecida originariamente se não desfeito o negócio jurídico celebrado entre as partes e que resultara no saldamento dos valores anteriormente vertidos pelo participante.

Em sede de recurso especial, a parte recorrente limitou-se a apontar que o acórdão teria sido omissos em relação aos dispositivos de lei por ela indicados, sem, todavia, demonstrar a relevância dos referidos dispositivos, à luz dos fundamentos apontados no acórdão.

Ademais, solvida a questão com base da existência de negócio do qual resultara a migração de planos previdenciários, não haveria falar em omissão acerca do direito à complementação do benefício com base nas verbas reconhecidas na Justiça laboral, das particularidades dos regulamentos e da compensação como fonte do custeio, pois se acabou por superar os argumentos em face dos fundamentos adotados.

No mérito, esta Corte Superior examinara os direitos porventura existentes em face da migração de planos previdenciários e do saldamento dos valores relativos a planos anteriores, concluindo pela prévia necessidade de desconstituição do acordo para que se possa pretender obter o reconhecimento de direitos relativos ao plano original.

A propósito:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. MIGRAÇÃO DE PLANO DE BENEFÍCIOS. REPACTUAÇÃO. REVISÃO COM BASE EM REGULAMENTO ANTERIOR. IMPOSSIBILIDADE. RESP 1.551.488/MS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULAS 5 E 7/STJ.

1. As razões do agravo interno não enfrentam adequadamente o fundamento da decisão agravada.

2. Nos termos da jurisprudência consolidada nesta Corte sob o rito dos repetitivos, "em caso de migração de plano de benefícios de previdência complementar, não é cabível o pleito de revisão da reserva de poupança ou de benefício, com aplicação do índice de correção monetária" e "Em havendo transação para migração de plano de benefícios, em

observância à regra da indivisibilidade da pactuação e proteção ao equilíbrio contratual, a anulação de cláusula que preveja concessão de vantagem contamina todo o negócio jurídico, conduzindo ao retorno ao statu quo ante" (REsp 1551488/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/6/2017, DJe 1/8/2017)

3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória e a interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ).

4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 545.751/SE, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 29/10/2019, DJe 19/11/2019)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. SUPRIMENTO. CARÁTER INFRINGENTE. POSSIBILIDADE. EXCEPCIONALIDADE. PREVIDÊNCIA PRIVADA. MIGRAÇÃO DE PLANO. REVISÃO DO VALOR DO BENEFÍCIO. REGRAS DO CONTRATO EXTINTO. ANULAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL. NECESSIDADE. DECADÊNCIA DO DIREITO.

1. Os embargos de declaração são cabíveis para suprir omissão do acórdão.

2. Admite-se, excepcionalmente, que os embargos, ordinariamente integrativos, tenham efeitos infringentes desde que constatada a presença de um dos vícios do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, cuja correção importe alterar a conclusão do julgado.

3. Aplica-se o prazo decadencial de 4 (quatro) anos nas demandas em que houve a migração do participante de plano de benefícios, por meio de transação extrajudicial, e que buscam a aplicação de critérios estatutários extintos. Isso porque seria necessário declarar-se previamente a nulidade, por vício de consentimento, do ato negocial transigido, com a repristinação do contrato original, hipótese dos autos.

4. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes. (EDcl no AgInt no REsp 1341656/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/08/2019, DJe 14/08/2019)

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E CONTRATO DE TRANSAÇÃO. MIGRAÇÃO E RESGATE. INSTITUTOS JURÍDICOS DIVERSOS, QUE NÃO SE CONFUNDEM. A SÚMULA 289/STJ LIMITA-SE A DISCIPLINAR O INSTITUTO JURÍDICO DO RESGATE, MEDIANTE O QUAL HÁ

DESLIGAMENTO DO PARTICIPANTE DO REGIME JURÍDICO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, ANTES MESMO DE AUFERIR OS BENEFÍCIOS PACTUADOS. TRANSAÇÃO PARA MIGRAÇÃO DE PLANO DE BENEFÍCIOS. CORREÇÃO MONETÁRIA DA RESERVA DE POUPANÇA E/OU DO BENEFÍCIO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. INAPLICABILIDADE. NOS PLANOS DE BENEFÍCIOS ADMINISTRADOS PELAS ENTIDADES FECHADAS, HÁ SOLIDARIEDADE NA DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS POSITIVOS OU NEGATIVOS. CONTRATO DE TRANSAÇÃO. NEGÓCIO JURÍDICO ONEROSO, UNITÁRIO E INDIVISÍVEL, TENDO POR ELEMENTO ESSENCIAL A RECIPROCIDADE DE CONCESSÕES.

1. As teses a serem firmadas, para efeito do art. 1.036 do CPC/2015 (art. 543-C do CPC/1973), são as seguintes: 1.1. Em caso de migração de plano de benefícios de previdência complementar, não é cabível o pleito de revisão da reserva de poupança ou de benefício, com aplicação do índice de correção monetária.

1.2. Em havendo transação para migração de plano de benefícios, em observância à regra da indivisibilidade da pactuação e proteção ao equilíbrio contratual, a anulação de cláusula que preveja concessão de vantagem contamina todo o negócio jurídico, conduzindo ao retorno ao statu quo ante.

2. No caso concreto, recurso especial provido. (REsp 1551488/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/06/2017, DJe 01/08/2017)

Não cabe, ademais, a esta Corte Superior interpretar as cláusulas do negócio celebrado entre as partes, na forma do enunciado 5/STJ.

Por fim, na forma do enunciado 563/STJ, não cabe suscitar-se afronta à legislação consumerista, pois "*O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às entidades abertas de previdência complementar, não incidindo nos contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas.*" (Súmula 563, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/02/2016, DJe 29/02/2016).

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Com fundamento no art. 85, §11, do CPC, majoro os honorários de advogado a que condenado o recorrente na origem em R\$ 1.000,00, atentando-se para a gratuidade judiciária, acaso anteriormente deferida.

Superior Tribunal de Justiça

Advirto as partes que a oposição de incidentes manifestamente improcedentes e protelatórios dará azo à aplicação das penalidades legalmente previstas.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator